



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 20/05/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 12

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Vítor Adelino Matos de Oliveira - pretende reclamar o estado atual do pontão hídrico da Rua do Sol, na Guarda Nova, e a requalificação do pontão da Rua da Vitória, na Ordem, Marinha Grande.

2. Sr. Paulo José de Sousa Ferreira, na qualidade de elemento da comissão que gere a Associação Moto Clube da Marinha Grande - pretende falar sobre o Evento da Federação Nacional - Portugal Lés a Lés 2019 e sobre as instalações do Moto Clube da Marinha Grande.

3. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira - pretende falar sobre o projeto de intervenção na Rua do Sol, na Guarda Nova, principalmente sobre o alargamento do pontão.

4. Sr.^a Florbela da Silva Fidalgo - pretende falar sobre habitação social.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

1. GABINETE DE APOIO AO EMPRESÁRIO E AO EMPREENDEDORISMO

Proposta de Celebração de Protocolo de Constituição de uma Parceria Técnica e Científica destinada ao desenvolvimento de um projeto de Formação Técnico-Profissional nas áreas de Metalomecânica e CNC.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

2. Resumo de Tesouraria do dia 14 de maio de 2019

3. Pedido de Substituição de quantias retidas na empreitada “Requalificação e eficiência energética da piscina municipal de Vieira de Leiria” – Concurso Público n.º 06/2018

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

4. “Conservação e reabilitação de pavimentos da rede viária do concelho – CP n.º 21/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

5. “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 3 – CP n.º 18/2017” – Aprovação da revisão de preços.

6. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Não Adjudicação

7. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta-Marinha Grande - Concurso público n.º 11/2019. Aceitação de erros e omissões. Aprovação de mapa de quantidades final. Prorrogação de prazo. Ratificação de Despacho

8. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 1- Concurso público n.º 14/2019. Adjudicação

9. Reabilitação no espaço público no bairro municipal social de Casal de Malta-Concurso público n.º 21/2019. Deliberação inicial.

10. Requalificação da rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018 - Aprovação de trabalhos complementares

11. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 22/2019. Deliberação inicial

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

12. Isenção do pagamento de taxas

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

GESTÃO URBANÍSTICA

13. Req.º nº 635/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º nº 82/18, datado de 07/03/2018 - Maria Avenilde Branco Pedrosa
14. Req.º nº 554/19, datado de 25/03/2019 - Proc.º nº 456/18, datado de 29/10/2018 - Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo
15. Req.º nº 734/19, datado de 23/04/2019 - Proc.º nº 415/18, datado de 01/10/2018 - Marco Paulo Maia Garcia e Carla Patrícia do Nascimento Marques
16. Req.º nº 386/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º nº 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques
17. Req.º nº 671/19, datado de 10/04/2019 - Proc.º nº 445/18, datado de 16/10/2018 - Plásticos Futura Lda
18. Req.º nº 1876/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º nº 211/17, datado de 22/05/2017 - Plásticos Futura Lda
19. Req.º nº 1442/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º nº 326/18, datado de 06/08/2018 - Ibasi - Construções Metálicas, Unipessoal, Lda.
20. Req.º nº 758/19, datado de 29/04/2019 - Proc.º nº 155/19, datado de 29/04/2019 - Maria Amália de Jesus e Conceição de Jesus Puidival Saraiva
21. Req.º nº 801/19, datado de 07/05/2019 - Proc.º nº 299/16, datado de 22/07/2016 - Ivone Manuela Ferreira Lopes Agostinho
22. Req.º nº 816/19, datado de 09/05/2019 - Proc.º nº 562/17, datado de 19/12/2017 - Vidrexport - Produção de Vidro, Lda.
23. Req.º nº 805/19, datado de 08/05/2019 - Proc.º nº 45/19, datado de 06/02/2019 - José Manuel Gomes Cardoso e Neusa Sofia Vieira dos Santos
24. Req.º nº 821/19, datado de 10/05/2019 - Proc.º nº 350/16, datado de 29/08/2016 - Telheiros do Oeste, Propriedades, Promoção, Lda.
25. Req.º nº 1701/17, datado de 29/09/2017 - Proc.º nº 296/16, datado de 21/07/2016 - Imarjosil-Compra e Venda de Imóveis, Lda.
26. E/4135/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.
27. E/4443/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - GALP ENERGIA
28. E/3627/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - GALP ENERGIA
29. E/1956/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

30. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural.
31. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. Marchas populares
32. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Sport Operário Marinhense - Programação anual dos departamentos de música e dança e encenação de peça de teatro
33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR) - Verão cultural S. Pedro de Moel 2019
34. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Clube Recreativo Amieirinhense - Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha

ATIVIDADE FÍSICA

35. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - CPIMG - Associação de Patinagem Inline Marinha Grande - “Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade”

36. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - Clube de Atletismo Mónica Rosa - “Convívio de Benjamins do Clube Mónica Rosa”

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

37. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social.

38. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 76, Camarnal - Marinha Grande, por motivo de alteração nos rendimentos do agregado familiar.

39. Habitação social - Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3.º esq - Casal do Malta - Falta de pagamento das rendas - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Falta de alegações - Decisão final.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Vítor Adelino Matos de Oliveira – reclamou sobre o estado atual do pontão hídrico da Rua do Sol, na Guarda Nova, e a requalificação do pontão da Rua da Vitória, na Ordem, Marinha Grande, que com as obras desta rua foi alargado para o dobro, vai para a sua propriedade e cria um poço perigoso para pessoas e animais, caso a propriedade não esteja vedada, tem visto o seu pomar inundado. Pede que aquilo que foi feito de um lado do pontão seja também feito no outro lado, com a colocação de uma laje resistente. Este pedido já foi feito no passado dia 15, no atendimento com o Sr. Vereador e com a Eng.ª Susana.

2. Sr. Paulo José de Sousa Ferreira, na qualidade de elemento da comissão que gere a Associação Moto Clube da Marinha Grande - falou sobre os seguintes assuntos:

- a) O Moto Clube esteve inactivo durante 3 anos, recomeçou em 2018, com diversas acções, em conjunto com algumas associações, estando actualmente bastante dinâmico;
- b) Congratulou-se pelo apoio da CMMG ao evento “Portugal Lés a Lés 2019”, que é um evento internacional, que envolve cerca de 2.000 motas num passeio ciclo turístico que passa pelo nosso concelho, em S. Pedro de Moel;
- c) Sobre as instalações do Moto Clube da Marinha Grande, referiu que actualmente não têm instalações (antes eram arrendadas). Pedem o apoio da Câmara na cedência de instalações, que já tinham feito em 2005, e sugerem a cedência das antigas instalações da GNR. Terminou referindo que irão apresentar este pedido por escrito, e que a hipótese de protocolar esta cedência irá permitir também expor o espólio histórico do Moto Clube.

3. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira – referiu que o assunto é o mesmo que vem abordando desde 2010: o coletor, que corre para a vala, inunda o quintal e causa maus cheiros. O alargamento do pontão e os esgotos da Rua do Sol, na Guarda Nova, vêm sendo prometidos desde 2017, depois passou para 2018 e agora para 2019. Pretende saber quando é que vai ser feito. Será que é agora, depois da Rua da Vitória?

4. Sr.ª Florbela da Silva Fidalgo – inscreveu-se para falar sobre habitação social. Apesar de inscrita, a munícipe não compareceu.

Terminadas as intervenções, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que cumprimentou todos os presentes, e em especial o ex-Vereador Vítor Pereira, que hoje se encontra na sala, tendo respondido o seguinte relativamente às matérias da sua área:

- Sr. Vítor – estiveram reunidos na quarta-feira, depois reuniu-se com os técnicos, para tentar melhorar o projeto, que foi feito no exterior, no sentido de o ajustar para encontrar a melhor solução. A empresa já foi contactada, deverá vir à Câmara esta semana, e também tem que ser contactada a APA. Depois de falar com a empresa, o Sr. Vereador informará o munícipe das alterações introduzidas.
O que acontece é que agora há um calibre grande na Rua da Vitória e a Rua do Sol ainda está com o calibre mais estreito.
- Sr. Agostinho – o Sr. Vereador referiu que o Sr. sabe que o projeto da Rua do Sol está a ser feito, tal como lhe tem vindo a mostrar. O primeiro lugar a intervir é no pontão, e nada do que foi combinado está a falhar. Está tudo a andar como previsto.
- Sr. Paulo Ferreira – o Sr. Vereador referiu que a Sr.ª Vereadora Célia tem estado a acompanhar, a Câmara dará todo o apoio que seja possível e quer dar os parabéns a quem realiza iniciativas no nosso concelho. Dado que a Sr.ª Vereadora está a acompanhar, passou-lhe a palavra.
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu que o Moto Clube irá organizar o estacionamento, virão em grupos, estarão parados 20 minutos e a CMMG fará uma pequena receção e dará todo o apoio que seja necessário.
Em relação às instalações, a **Sr.ª Presidente** informou que aquelas fazem parte de um património em que a Câmara tem intenção de intervir e está incluído nas candidaturas da CMMG ao PEDU. Esteve lá o Tóandar, mas provisoriamente. Como lembrou, já lhes tinha sido sugerido o Parque Municipal de Exposições, pelo que é uma questão de olhar conjuntamente para o património que está disponível e encontrar uma solução. Aquele de que falou destina-se à própria autarquia. A Sr.ª Presidente terminou referindo que deixa abertura para a marcação de uma reunião para discutir este assunto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra prestou os seguintes esclarecimentos sobre as Festas da Cidade:

- O Concurso abriu dia 8 de abril, a adjudicação foi a 7 de maio, no dia 8 de maio reuniu com a empresa, para quem este era o primeiro evento que realizavam em Portugal.
Seguidamente a Sr.ª Vereadora distribuiu uma cronologia dos procedimentos, que enviou também por e-mail.
Prosseguiu informando que a empresa disse que ia realizar as festas, entregou documentos, à exceção da caução, fez-se um plano de trabalho, com o início da montagem no dia 20 de maio. Eles sempre disseram que iam conseguir e até trouxeram os seus técnicos de luz. No dia 14 de maio enviaram um e-mail a dizer que a empresa de som e luz não podia fazer o trabalho. A Câmara pediu uma reunião de urgência no dia 15 de maio, reuniram com eles e constatou-se que não tinham contratos firmados com nenhum fornecedor. A reunião foi de manhã e à tarde desistiram na Vortal.
A Câmara contactou o 2.º concorrente, perguntou se tinham condições para cumprir, reuniu com eles na quinta-feira de manhã, a empresa disse que conseguia, até porque já fizeram algumas das Festas da Cidade. Face à desistência do 1.º concorrente, a adjudicação é feita ao 2.º concorrente. Dada a urgência foi feita por despacho da Sr.ª Presidente, que virá depois aqui à reunião, para ratificação.
Este ano foi o ano, desde 2014, em que o procedimento foi aberto mais cedo.
Os artistas locais não cabem neste procedimento, é um procedimento diferente, por ajuste direto a outra empresa, e estes artistas também virão à época cultural da Praia da Vieira e de S. Pedro de Moel.
- A Sr.ª Vereadora informou ainda que a reunião para a revisão do regulamento dos apoios já se iniciou e está a andar bem.

O Sr. Vereador Carlos Caetano prestou a seguinte informação sobre os projetos em curso:

- Saneamento de Picassinos – a adjudicação da fase 1 é hoje.
Está lançado o concurso para a fase 3 (n.º 16/2019), e estará aberto até 7 de junho.
A fase 2 só avança depois de concluída a fase 1.
- Saneamento da Amieira – está a ser preparado o processo.
- Já há ruas pavimentadas e concluídas.
- Rua do Olheirão, na Moita – também já se iniciaram as obras, com a drenagem dos terrenos.
- Rede de águas – adutora S. Pedro/Marinha Grande – o projeto será entregue no início de junho.
- Já se iniciou a remodelação das redes de águas em alguns locais.
- Hoje vai ser votado o Plano de Segurança e Saúde do concurso de pavimentações de algumas ruas, nomeadamente a Rua da Indústria Metalúrgica, Rua dos Eucaliptos, etc.
- Está pronto a lançar o concurso para a pavimentação de várias outras ruas, designadamente a Rua do Cemitério, no Pilado, Av.ª 1.º de Maio, etc.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. *Pretendo saber se os concessionários da praia da vieira que pagaram as taxas para obras de reconstrução já foram ressarcidos desse valor. Espero que sim até porque esse valor está a ser necessário nesta fase que estão em reconstrução de tudo o que perderam.*
2. *Relativamente à empresa Chama de Sucesso na Vieira, e da taxa de 15.000€ que a Camara exige por não enquadrar corretamente a atividade económica desta empresa, gostaria de saber como está este assunto e se já existe resposta da CCDR.*
3. *Auditório António Campos, também conhecido por cinema da Praia da Vieira, encontra-se num estado de degradação constante, A cobertura tem telhas partidas que estão a contribuir para a maior degradação deste espaço, que já foi tão dinamizado outrora. Nem na sua identificação tem havido atenção, falta a letra “i” há pelo menos 5 anos, pelo que se pode ler “AUDTORIO”. Quero saber o que está o município a pensar fazer deste espaço, e para quando fazer alguma coisa.*
4. *Sobre a Lota na Praia da Vieira, nomeadamente a consignação para começar a obra, a informação que temos é que seria feito a 8 Maio com um prazo para terminar obra de 15 dias, ou seja final de Maio. Uma vez que nada parece ter sido feito até dia de hoje quero saber como está este assunto?*
5. *Ponto situação relativamente ao inquérito interno solicitado em Agosto 2018, relativamente às análises das águas do Foz do rio Lis.*
6. *Estamos a aproximarmo-nos de mais uma época balnear, quero também saber se está previsto começar a divulgação do resultado das análises das águas, na Foz do rio lis e no Ribeiro de S. Pedro de Moel, de modo a que os veraneantes possam saber se podem ou não usar aquelas águas não balneares.*
7. *Instalações da polícia marítima da praia da vieira, tive acesso a um e-mail por parte da Autoridade Marítima Nacional para um munícipe preocupado, que deu informação que é a Camara quem detém competência para resolver este assunto. Questiono: O que fez até agora a autarquia?*
8. *Praia de S. Pedro pretendo saber o que foi feito para combater a acentuada falta de areia na Praia.”*

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Congratulou-se com o reinício das atividades do Moto Clube e espera que a Câmara consiga ajudar nas instalações.
- Ficou agradada com as notícias sobre o saneamento e as pavimentações.
- Festas da Cidade – ouviu as explicações, acha que 1 mês e 20 dias é tarde para abrir o concurso. Não percebe como é que a Câmara deixou arrastar tanto tempo para assinar o contrato.
- Esteve presente na reunião para a revisão do regulamento, ficou agradada, mas gostava que o gabinete de apoio ao associativismo também estivesse presente.

- Também a preocupa a falta de areia na praia de S. Pedro.
- Teve conhecimento da existência de pulgas e carraças no Parque da Cerca, pelo que questionou com que periodicidade é feita a desinfestação.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, com especial destaque para o ex-Vereador Vítor Pereira, e referiu o seguinte:

- Quer deixar uma palavra para os munícipes, aos quais o executivo já deu as respostas que entendeu.
- Fica contente com o retomar do Moto Clube e pelo apoio da Câmara às suas iniciativas.
- Deu os parabéns à Patinagem, ao ACM e ao Clube de Atletismo pelos resultados obtidos.
- Deixou uma palavra de confiança ao SCM, apesar de ter descido de divisão.
- Seguidamente leu a intervenção que trazia escrita sobre as Festas da Cidade. Na sua opinião houve muita negligência. Questionou se a Câmara não pode responsabilizar a empresa e referiu que aquilo que valeu foi o facto de a segunda empresa ser aquela que é e que conseguiu “agarrar” o evento.
- Considera vergonhoso a propaganda política nos painéis eletrónicos assim como foi vergonhoso a propaganda inserida na agenda municipal. Entende que é uma forma de tapar a incompetência do executivo. Até os próprios elementos do PS o fazem publicamente, como aconteceu com o deputado da Assembleia Municipal Frederico Barosa, que falou sobre a falta de planeamento. Está na gravação. Assim como também está a resposta da Sr.^a Presidente, que diz “nunca planeámos tão bem”. Mas o Sr. Vereador Caetano também respondeu “planeamento zero”.
- Questionou:
 - ⇒ Como estão as esplanadas de S. Pedro?
 - ⇒ Como está a concessão do café do Jardim Luís de Camões? Há dívidas?
 - ⇒ Como está a situação da nova Chefe da Divisão Jurídica: já há concurso aberto? Já passaram 90 dias e assim sendo está em situação ilegal.
 - ⇒ Quem é a consultora da Câmara?
 - ⇒ O que pensa a Sr.^a Presidente fazer sobre a transferência de competências para as Juntas de Freguesia?
 - ⇒ Que medidas foram tomadas sobre o estacionamento de pesados junto ao Lidl?
 - ⇒ Apoio aos Bombeiros da Marinha Grande, intervenção do Granja na Assembleia Municipal – o que há para informar?

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, sobre as intervenções dos munícipes, fez alguns comentários, entre os quais:

*“- Sobre os munícipes Sr. Vítor Oliveira e Sr. Agostinho Oliveira, da Rua do Sol alertei a necessidade de visitarem o local e falarem com os moradores antes de fazerem o projeto. Insisti na pergunta dos munícipes: para quando a solução deste problema.
- O munícipe Sr. Paulo Ferreira do Moto Clube da Marinha Grande, informou que o clube renasceu, ainda bem.”*

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

- a. *Felicitar a marinhense Isabel Cardoso, por ser tornado campeã nacional de andebol, ao serviço do Colégio de Gaia, num campeonato nacional muito disputado e que o SIR 1º de Maio ficou num honroso 4º lugar.*
- b. *Felicitar o Agrupamento de escolas Marinha Grande Poente, os seus dirigentes e treinadores pelo desempenho no Campeonato Nacional de Pista em velocidade, e em especial o patinador Manuel Piteira que se sagrou vice-campeão nacional iniciado nas provas de 3.000 pontos e a eliminar.
Neste mesmo campeonato felicitar também o Inline Marinha Grande e em especial o patinador Rafael Moleirinho que se sagrou vice-campeão no escalão escolares.*
- c. *Felicitar o marinhense Bruno Jordão, ao serviço da Lazio venceu a Taça de Itália em futebol*
- d. *Felicitar o marinhense Gonçalo Batalha, que esteve presente no campeonato da Europa de futebol SUB-17, representando a seleção nacional. Realço ainda que no primeiro jogo marcou um gol*

2. MUNÍCIPES e ASSUNTOS DIVERSOS

1. *Repetir os assuntos que temos vindo a mencionar e hoje mesmo já foram aqui falados, e em especial saber como está a situação das esplanadas em S. Pedro, dado que estamos à beira do início da época balnear.*
2. *Na reunião de camara em 8/4, quando se deliberou a abertura de concurso para as Festas da Cidade, disse o seguinte, que ficou plasmado em ata:*

“Este valor de 220.000€ foi encontrado por consulta ao mercado. Agora pretende-se fazer um concurso público, mas quando definimos no concurso, por exemplo a forma do palco e o nome dos artistas não estamos a reduzir o conjunto de potenciais empresas que poderão responder ao concurso? Por outras palavras o concurso público não está feito à medida de alguém?

Estamos a mês e meio do evento, sabendo que os concursos públicos demoraram sempre muito tempo, se este concurso não fosse já direcionado para um único concorrente, jamais seria possível adjudicar antes de 30 de maio.”

Confirmou-se a minha premonição: a adjudicação foi tardia e a empresa que vai realizar as festas era a que sempre se previu.

3. *Reunião de Camara de 16/10/2018, logo a seguir à tempestade Leslie e em relação à “volta aos 7”, disse:*

“Esperamos celeridade na sua reabertura. Alertamos desde já que a quinta-feira de Ascensão de 2109 é a 30 de Maio.”

Passaram mais de 7 meses, 216 dias depois, estamos a 10 dias da quinta-feira da Ascensão e a “volta aos 7” continua fechada aos munícipes.

O meu alerta e a minha preocupação é que conheço bem o modus operandi desta casa.

Do presidente do ICNF já sabíamos o que esperar, pois era evidente a sua incapacidade para cumprir a missão que lhe foi confiada. Por isso, há um ano exigi a sua demissão, o que veio agora a acontecer agora. Afinal eu tinha razão, e a demissão do Engº Rogério Rodrigues como presidente do ICNF só peca por tardia. Foi pena a Sra. presidente não ter me apoiado na defesa do nosso território e dos nossos concidadãos. Se tal tem acontecido, teríamos já resolvido o problema da área não ardida e da reflorestação do pinhal ardido. Mas a Sra. Presidente preferiu andar de braço dado com quem não nos deu atenção, ao invés de olhar pelos nossos munícipes.

Lamento ter de ser eu a anunciar, mas este ano, por incapacidade da Sra. presidente em pressionar, mandar ou assumir a limpeza da “volta aos 7”, os marinhenses não poderão fazer o seu piquenique entre a Ponte Nova e o Canto do Ribeiro, porque as árvores continuam na estrada. No entanto, poderá a Sra. Presidente ficar tranquila que as pessoas que fazem o piquenique na zona das árvores poderão voltar a fazê-lo, porque já foi limpo.

É por essas razões que no recente Ranking Municipal Português publicado sobre os municípios, a nossa autarquia tem um bom desempenho na sustentabilidade financeira (pudera com os milhões que estão no banco em vez de estarem ao serviço do povo) e no desenvolvimento económico e social, naturalmente fruto do desempenho das empresas e seus trabalhadores. Já no respeito ao Serviço à População, o ranking é revelador que prestam um mau serviço, com um miserável 10º lugar em 308 municípios, só há 9 municípios piores que a Câmara da Marinha Grande. Não sou apenas eu e os munícipes que aqui se vêm manifestar que dizemos que este executivo permanente não atende os munícipes, agora, num estudo da Ordem dos Economistas, somos dos piores municípios no atendimento aos munícipes, tendo 300 municípios melhores que nós. No distrito de Leiria somos os únicos incluídos nos 30 piores. Apenas mais uma nota retirada do estudo, em 2016 a Marinha Grande não constava na lista dos 30 piores municípios no índice “Serviço à População”, o que quer dizer que o serviço à população piorou neste mandato. É significativo.

4. *Agradeço a informação sobre as obras que irão ser executadas, mas os munícipes continuam a aguardar as respostas do executivo permanente a questões que aqui colocámos. Apenas dois exemplos de informação que está já apurada na Câmara, mas não nos é disponibilizada:*

2.4.1 *A lista de obras a fazer na Resinagem*

2.4.2 *Qual o valor da dívida que prescreveu desde 2013 no processo que foi declarado nulo na reunião passada.”*

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte, relativamente às suas áreas:

- Não concorda com o que a Sr.ª Vereadora disse de que houve negligência sua no processo das Festas da Cidade.
Seguidamente enunciou toda a cronologia do procedimento, que provocou uma troca de palavras entre a **Sr.ª Vereadora Célia** e a **Sr.ª Vereadora Alexandra**.
A **Sr.ª Presidente** interveio, pedindo ordem na mesa e respeito pelas intervenções.
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** prosseguiu na referência à cronologia do processo.
A **Sr.ª Presidente** referiu que este concurso decorreu de um procedimento que tem de respeitar os prazos previstos na lei e que a Câmara cumpriu.
Correu mal com a primeira empresa, passou-se para a segunda empresa, que já está a trabalhar no terreno.

A Sr.^a Vereadora acompanhou todo o processo, os técnicos foram exemplares, e não compreende porque se critica quando os prazos estão a ser cumpridos e as festas estão a ser montadas.

A **Sr.^a Vereadora Célia** esclareceu as horas dos contactos e disse que o ano passado foi esta empresa que esteve a trabalhar e uma outra.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra** questionou quais as consequências para a empresa que desistiu.

A **Sr.^a Presidente** informou que o assunto vai ser analisado em termos jurídicos.

A Sr.^a Presidente respondeu o seguinte às restantes questões:

- Compreende que os munícipes esperem e desesperem há muitos anos pela resolução das suas situações. Mas também tem que realçar que o Sr. Vereador Caetano as tem acompanhado, falado com os munícipes e ouvido as suas preocupações.

Depois deu o exemplo do concurso para o brinquedo do Bambi, com 9 concorrentes, em que um deles apresentou uma reclamação com 50 pontos, o que requer análise e atrasa o processo.

- Sobre a falta de planeamento, informou que vai passar a trazer, no período de antes da ordem do dia, todos os projectos de concursos a decorrer e a abrir, porque a proposta de planeamento está feita no orçamento. Estas informações também estão a ser dadas à população através dos painéis, para além da divulgação dos eventos. Os Srs. Vereadores sabem quais são os concursos a decorrer, a abrir, e por isso não podem dizer que não se faz obra e que há inércia. Já chega deste tipo de acusação permanente em todas as reuniões de Câmara. Daí que tenha afirmado que não há falta de planeamento. O que falta é fazer a modernização administrativa, de modo a dar respostas mais céleres aos munícipes.
- Vai ver o procedimento e os prazos relativamente à situação da Chefe da Divisão Jurídica e dará a resposta escrita à Sr.^a Vereadora Alexandra.
- Sobre a questão “para quando?”, disse que só se pode saber depois de decorridos todos os prazos do procedimento.
- Respostas mais rápidas – é notória a falta de pessoal, nomeadamente nos serviços de obras, onde faltam técnicos. E por isso estão abertos concursos, para colmatar e resolver estas situações.
- Sobre as restantes questões, referiu que a secretária tomou nota e irá dar a resposta por escrito.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra** disse que quer agora a resposta sobre as esplanadas.

A **Sr.^a Presidente** referiu que se souber antes as perguntas já poderá trazer a resposta à reunião.

O Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu à Sr.^a Vereadora Mêlina o seguinte:

- Auditório António Campos – ainda não tem data para as obras, quando tiver dará.
- Lota – disse na última reunião que ia ser adjudicada. Foi adjudicada no dia 7 de maio, só foi dado um dia para entrega dos documentos, já os entregaram no dia 8 de maio e no dia 9 já podiam entrar em obra. A data prevista é a próxima quarta-feira.
- Pulgas e carraças – tem relatos deste problema. Sabe que a semana passada foi feita uma desparasitação no Parque, após o corte da relva, pela empresa SUMA.
- Esplanadas – o Arqt.^o Figueiredo executou o projeto, que é simples, mas ainda não sabe para quando a execução.

- Estacionamento Lidl – já deu indicações aos serviços para se resolver com recurso a sinalização.
- Sobre o que o deputado disse na Assembleia Municipal não se vai pronunciar, já se reuniu com ele, e as críticas são sempre construtivas.
Esclareceu que a secretaria de obras não está só aberta 4 horas, uma vez que são 4 horas ao público, presencialmente, mas à tarde atendem por telefone, e atendem cerca de 80 pessoas/dia. Este procedimento é devido à falta de pessoas. Antes a situação era trágica, agora é só má. Também se prevê criar melhores condições, com mais espaço e maior privacidade.
- Comissão de acompanhamento do PDM – a Assembleia Municipal tem um elemento que faz o acompanhamento, que é o Arqt.º Frederico Barosa, com um substituto, que é o Filipe André, da CDU. Falou com o Arqt.º, mas a convocatória desta Comissão é feita pela CCDR.
Acordaram ainda que irão fazer chegar à Assembleia Municipal a informação sobre a revisão do PDM.
- Estudo da Ordem dos Economistas, que deixa a CMMG mal posicionada na prestação de serviços à população – o Sr. Vereador perguntou ao Sr. Vereador Aurélio se concorda com os critérios do estudo, uma vez que ele não concorda, daí que a ANMP se tenha demarcado deste estudo.
- A **Sr.ª Presidente** deu a informação prestada pela ANMP, seguindo-se uma troca de palavras entre ela e o **Sr. Vereador Aurélio** relativamente aos parâmetros do estudo.
- A **Sr.ª Presidente** informou a Sr.ª Vereadora Mêlina de que os concessionários já foram ressarcidos do valor das taxas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:30 horas às 16:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AO EMPRESÁRIO E AO EMPREENDEDORISMO

1. Proposta de Celebração de Protocolo de Constituição de uma Parceria Técnica e Científica destinada ao desenvolvimento de um projeto de Formação Técnico-Profissional nas áreas de Metalomecânica e CNC.

396 - Pela Senhora Presidente vem apresentada a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação nº I/998/2019, de 10 de maio de 2019, do Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo, que identifica e descreve o projeto de constituição de uma Parceria Técnica e Científica destinada ao desenvolvimento de um projeto de formação técnico-profissional nas áreas de metalomecânica e CNC, formada por diversas entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e fundamenta as razões e o interesse público que tal projeto representará para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho, em diversas vertentes, propondo a adesão do Município da Marinha Grande ao Protocolo de constituição da identificada Parceria Técnica e Científica destinada ao desenvolvimento do projeto de Formação Técnico-Profissional em Metalomecânica e CNC, constituída por diversas entidades portuguesas, públicas e privadas, bem como a adesão ao Protocolo que firma os termos do Acordo de Cooperação para o desenvolvimento daquele projeto a celebrar, nesta fase, entre os parceiros e as suas congéneres em Cabo Verde.

A Câmara Municipal apreciou a informação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), considerou os fundamentos nela descritos, com os quais concorda na íntegra, a importância e o alcance sócio-económico do projeto que se visa desenvolver e ao abrigo das competências atribuídas em matéria de Cooperação Externa, pela alínea p) do nº 2 do artº 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual e da alínea aaa) do nº 1 do artº 33º da mesma Lei, relativa à participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, delibera:

1 - Aprovar a adesão do Município da Marinha Grande ao Protocolo de constituição da identificada Parceria Técnica e Científica destinada ao desenvolvimento do projeto de Formação Técnico-Profissional em Metalomecânica e CNC, constituída por diversas entidades portuguesas, públicas e privadas.

2 - Aprovar a adesão do Município ao Protocolo que firma os termos do Acordo de Cooperação para o desenvolvimento do projeto identificado no número anterior, a celebrar, nesta fase, entre os parceiros e as suas congéneres em Cabo Verde.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

2. Resumo de Tesouraria do dia 14 de maio de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia catorze de maio de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.729.090,14€** (treze milhões, setecentos e vinte e nove mil e noventa euros e catorze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

3. Pedido de Substituição de quantias retidas na empreitada “Requalificação e eficiência energética da piscina municipal de Vieira de Leiria” – Concurso Público n.º 06/2018

397 - Presente informação n.º 22SAB/2019 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, SGCOIN, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada o seguro caução n.º 4.215.564 de 03/05/2019 no montante de 19.096,97 €, emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito Y Caución, S.A.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e, face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual, aceitar o seguro caução n.º 4.215.564 de 03/05/2019 no montante de 19.096,97 €, emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito Y Caución, S.A.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

4. “Conservação e reabilitação de pavimentos da rede viária do concelho – CP n.º 21/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

398 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA”, para a execução da obra “CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO”.

Presente informação da DQV, com a ref.ª PG06/2019, de 13 de maio, que se dá por integralmente reproduzida, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, do art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, no âmbito da empreitada de “CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO”, em que é cocontratante a firma “CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA”, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 3 – CP n.º 18/2017” – Aprovação da revisão de preços.

399 - Presente informação da DQV com a ref.^a LS-20.2019, de 10 de maio, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “*REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 3*”, no valor de 1.725,37€ (mil, setecentos e vinte e cinco euros e trinta e sete cêntimos), que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, do art. 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro, no âmbito do contrato de empreitada de “*REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 3*”, em que é cocontratante a firma “*MATOS & NEVES, L.DA*”, delibera aprovar a revisão de preços no valor de 1.725,37€ (mil, setecentos e vinte e cinco euros e trinta e sete cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Não Adjudicação

400 - A sr.^a Presidente apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Por deliberação camarária, de 12 de março de 2019, foi determinada a realização de procedimento de concurso público para adjudicação da obra de “Reabilitação dos espaços exteriores-escola de Casal de Malta”.

De acordo com o relatório de análise, que fica anexo e se dá por integralmente reproduzido, não foram apresentadas propostas pelo que não haverá lugar a adjudicação do contrato.

A Câmara Municipal, depois de analisar aquele relatório e concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera, de acordo com os artigos 148.º, n.º 4 e 79.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei nº. 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não adjudicar o contrato relativo à “Reabilitação dos espaços exteriores-escola de Casal de Malta”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta-Marinha Grande - Concurso público n.º 11/2019. Aceitação de erros e omissões. Aprovação de mapa de quantidades final. Prorrogação de prazo. Ratificação de Despacho

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira comentou o seguinte:

“Continuamos a adiar obras por culpa da Câmara: os erros e omissões que os concorrentes apresentaram foram aceites, revelador de que o caderno de encargos continha imprecisões.

Afinal os adiamentos das obras nem sempre são para os concorrentes ganharem tempo, como diz a Sra. Presidente e o vereador Caetano.”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que esta figura dos erros e omissões está prevista no CCP porque eles ocorrem, e neste projeto, que é um grande projeto, ocorreram. Não é desejável que aconteça, mas aconteceu.

A **Sr.ª Presidente** disse que percebe o alerta, mas o Sr. Vereador já respondeu.

401 - A sr.ª Presidente apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presentes informações de ref.ª MA-10.2019 e I/1019/2019 de 30/04/2019 e 07/05/2019, respetivamente;

Presente despacho n.º 150/2019, com o seguinte teor:

“Presente informação da DGT, com referência MA-10.2019, de 30 de abril, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas e se aceitam alguns dos erros e omissões identificados pelos interessados e se propõe a aprovação de um novo mapa de quantidades final e a alteração do preço base, a aditar ao projeto de execução e a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a realização da obra é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

A) Aprovar os erros e omissões identificados na informação técnica acima identificada e rejeitar os demais;

B) Alterar o preço base para 960.731,92 euros (novecentos e sessenta mil, setecentos e trinta e um euros e noventa e dois centavos), a que acresce o IVA à taxa legal;

C) Aprovar o mapa de trabalhos e quantidades final;

D) Prorrogar por quinze dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República;

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”

Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho n.º 50/2019, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1. al. f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 1- Concurso público n.º 14/2019. Adjudicação

402 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 1”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Lusosico- Construções, SA, pelo valor de 189.920,00€ (cento e oitenta e nove mil, novecentos e vinte euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 1” à proposta apresentada pelo concorrente Lusosico- Construções, SA, pelo valor de 189.920,00€ (cento e oitenta e nove mil, novecentos e vinte euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Mais delibera designar como diretor de fiscalização o eng.º Luis Silva, coadjuvado pelo eng.º Antero Faria, nos termos do artigo 344.º, n.º2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Reabilitação no espaço público no bairro municipal social de Casal de Malta- Concurso público n.º 21/2019. Deliberação inicial.

403 - Presente informação com a ref.ª I.A.14/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e de gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 538.569,12€ (quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove euros e doze centimos) e o prazo de execução é de 9 meses.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Isabel Alves (Presidente), Cristina Silva (Vogal), Rui Vicente (Secretário) e como suplentes Miguel Figueiredo e Mauro Oliveira.

As peças do procedimento agora aprovadas são as finais para a abertura do procedimento de contratação pública e constituem uma alteração às aprovadas na reunião camarária de 21 de dezembro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Requalificação da rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018 - Aprovação de trabalhos complementares

404 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência CS/31/2019, de 14 de maio, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos complementares, a preços de contrato e preços acordados, no âmbito da empreitada de “Requalificação da rua da Vitória”, no valor, respetivamente, de 3.834,44€ (três mil, oitocentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro centimos), e de 6.137,50€ (seis mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta centimos) e um prazo de execução de 20 dias.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º, 373.º, 374.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da rua da Vitória”, em que é cocontratante a empresa Matos & Neves, Ld.ª delibera aprovar:

- a) Trabalhos complementares a preços contratuais, no valor de 3.834,44€ (três mil, oitocentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Trabalhos de complementares a preços acordados, no valor de 6.137,50€ (seis mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) A fixação do prazo de execução em 20 dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- d) A minuta do contrato adicional a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 22/2019. Deliberação inicial

405 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ª I.A. 13/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 170.117,96 euros e o prazo de execução é de 90 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Arqª Isabel Alves (Presidente), Engª Cristina Silva (Vogal), Arqº Miguel Figueiredo (Secretário) e como suplentes Engº Rui Vicente e Arqº Mauro Oliveira

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

12. Isenção do pagamento de taxas

406 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A Santa Casa da Misericórdiosa da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para atividades a realizar no âmbito do Dia Mundial da Criança, dia 04 de junho de 2019;
- Licença especial de ruído para a Festa de Encerramento do Ano Letivo, do Centro Infantil Arco Íris, dia 27 de junho de 2019;

A Sociedade Instrutiva Recreativa 1º de Dezembro - Pero Neto, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a Festa Anual da Coletividade, a realizar nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2019;
- Licença de recinto improvisado;

A APAMG - Associação Protetora dos Animais da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para a realização da 10ª Cãominhada no dia 23 de junho de 2019;

Presente as informações nº 46/CS, 47/CS e 48/CS de 08 de maio de 2019, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar, a Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande, a Sociedade e Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro - Pero Neto e a APAMG - Associação Protetora de Animais da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e da licença de recinto improvisado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

GESTÃO URBANÍSTICA

13. Req.º nº 635/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º nº 82/18, datado de 07/03/2018 - Maria Avenilde Branco Pedrosa

407 - Presente requerimento nº 635/19, datado de 2019/04/05, constante do processo camarário nº 635/19, subscrito por **Maria Avenilde Branco Pedrosa**, com o NIF

119900831, residente em rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da **“Legalização de ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro”** existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7404 e omissa na matriz predial.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/05/13, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da **“Legalização de ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro”** existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7404 e omissa na matriz predial, com o número de processo 82/18, com data de entrada em 2018/03/07, apresentado por Maria Avenilde Branco Pedrosa, com o NIF 119900831, residente em rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverá apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários ao referido licenciamento, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Req.º nº 554/19, datado de 25/03/2019 - Proc.º nº 456/18, datado de 29/10/2018 - Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo

408 - Presente requerimento n.º 554/19, datado de 2019/03/25, constante do processo camarário n.º 456/18, subscrito por **Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo**, com o NIF 108240541, residente em rua José Afonso, n.º 19, r/c dt., lugar de S. Vicente, freguesia e concelho de Braga, referente ao pedido de licenciamento da **“Legalização da alteração e ampliação de moradia e muros de vedação”** existente, localizada num prédio urbano, sito na rua Central da Garcia, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20523 e inscrito na matriz sob o artigo número 19516, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/05/10 referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia e muros de vedação”* existente, localizada num prédio urbano, sito na rua Central da Garcia, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20523 e inscrito na matriz sob o artigo número 19516, com o número de processo 456/18, com data de entrada em 2018/10/29, apresentado por Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo, com o NIF 108240541, residente em rua José Afonso, n.º 19, r/c dt., lugar de S. Vicente, freguesia e concelho de Braga.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Req.º nº 734/19, datado de 23/04/2019 - Proc.º n.º 415/18, datado de 01/10/2018 - Marco Paulo Maia Garcia e Carla Patrícia do Nascimento Marques

409 - Presente requerimento n.º 734/19, datado de 2019/04/23, constante do processo camarário n.º 415/18, subscrito por **Marco Paulo Maia Garcia**, com o NIF 228077583 e por **Carla Patrícia do Nascimento Marques**, com o NIF 211033537, ambos residentes em impasse da rua dos cordeiros, n.º 9, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua da Ribeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18928, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/05/10, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua da Ribeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18928, com o número de processo 415/18, com data de entrada em 2018/10/01, apresentado por Marco Paulo Maia Garcia, com o NIF 228077583 e por Carla Patrícia do Nascimento Marques, com o NIF 211033537, ambos residentes em impasse da rua dos cordeiros,

n.º 9, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, o mesmo, com o condicionalismo da execução de passeio e gare de estacionamento na extensão total do prédio confinante com a rua da Ribeira, de acordo com o proposto na peça gráfica correspondente à *“Planta de Implantação Arranjos Exteriores” - Desenho n.º 02*”, datada de *“21-08-2018”*, com as larguras de 1,60m e 2,50m, respetivamente para o passeio e gare de estacionamento. Os materiais a aplicar no passeio devem ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão com 0,13x0,22m e pavê retangular com as dimensões de 0,20x0,10mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura, devendo garantir o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso. Na execução do passeio deverá considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada de base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 386/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º nº 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques

410 - Presente requerimento n.º 386/19, datado de 2019/02/25, constante do processo camarário n.º 436/18, subscrito por **José António Coelho Marques**, com o NIF 132564963 e por **Zaida Frade Henriques Marques**, com o NIF 159430852, ambos com residência em Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação, demolição de anexo e construção de muro de vedação”*, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1876 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 855.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação, demolição de anexo e construção de muro de vedação”*, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1876 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 855, com o número de processo 436/18, com data de entrada em 2018/10/11, apresentado por José António Coelho Marques, com o NIF 132564963 e por Zaida Frade Henriques Marques, com o NIF 159430852, ambos com residência em Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a

emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req.º nº 671/19, datado de 10/04/2019 - Proc.º nº 445/18, datado de 16/10/2018 - Plásticos Futura Lda

411 - Presente pedido com o registo nº 671/19, datado de 10/04/2019, relativo a **obras de urbanização**, a realizar na envolvente do edifício sito no nº 219 da avenida 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, e no prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o nº 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 12816, que se reportam ao processo de licenciamento nº 445/18, com data de entrada de 16/10/2018, apresentado por **Plásticos Futura Lda**, com o NIPC 500 667 381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande;
Presente informação técnica, datada de 30/04/2019, que atesta encontrarem-se os projetos apresentados, relativos às obras de urbanização, em condições de serem aceites;
Presente informação técnica, datada de 14/05/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a realizar na envolvente do edifício sito no nº 219 da avenida 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, e no prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o nº 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 12816, que se reportam ao processo de licenciamento nº 445/18, com data de entrada de 16/10/2018, apresentado por Plásticos Futura Lda, com o NIPC 500 667 381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, deverá informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54º do RJUE, no valor de 48.844,88 € (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos);

4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Delibera, igualmente, deferir a minuta de contrato de obras de urbanização anexa ao presente processo, cujo texto se transcreve:

MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

(Celebrado ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro).

Considerandos:

- 1- PLÁSTICOS FUTURA LDA, sociedade comercial com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o NIPC 500 667 381, é proprietária do prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12816, sito no n.º 219 da avenida 1º de Maio, Estação, Marinha Grande;**
- 2- Através do requerimento n.º 1644/17, registado em 20/09/2017, constante do processo administrativo n.º 211/17, solicitaram uma licença para ampliação e alteração de uma unidade industrial existente no terreno referido no número anterior;**
- 3- De acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o terreno em que pretendem proceder à operação urbanística em causa situa-se em área urbana do Aglomerado Urbano da Marinha Grande - Área Central, confinando a poente com a avenida 1º de Maio;**
- 4- Por deliberação datada de 27/11/2017, a Câmara condicionou o licenciamento dessa operação urbanística à realização de obras de urbanização no espaço envolvente ao edifício;**
- 7- Neste contexto, a requerente apresentou, com os pedidos n.º 1875/18, 2277/18 e 671/19, respetivamente datados de 16/10/2018, 20/12/2018 e 10/04/2019, o processo de obras de urbanização a que corresponde o n.º 445/18, que prevê a execução das obras de beneficiação e requalificação das vias existentes na envolvente do edifício, assumindo a realização das obras de infraestruturas necessárias para essa operação;**
- 8- Os processos camarários n.º 211/17, relativo à execução da ampliação e alteração do edifício, e 445/18, relativo às obras de urbanização, estiveram presentes na reunião de Câmara Municipal de 20 de maio de 2019, tendo sido aprovados.**

Outorgantes:

Entre

CIDÁLIA MARIA DE OLIVEIRA ROSA FERREIRA, com domicílio profissional na freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e em representação do Município da Marinha Grande, com o NIPC 505 776 758, adiante designado por PRIMEIRA OUTORGANTE;

E

PEDRO GOMES CARVALHO DA ANUNCIAÇÃO e CARLA MARIA FERNANDES FONSECA DA ANUNCIAÇÃO, na qualidade de GERENTES da sociedade PLÁSTICOS FUTURA LDA, com o NIPC 500 667 381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, adiante designados por SEGUNDOS OUTORGANTES;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25º do RJUE, o seguinte contrato de urbanização:

CLÁUSULA 1ª
(Objeto)

O presente contrato tem como objeto a contratualização das obrigações assumidas pelos SEGUNDOS OUTORGANTES, no âmbito da operação urbanística relativa à obra de ampliação e alteração de uma unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12816, sito no n.º 219 da avenida 1º de Maio, Estação, Marinha Grande e consequente redução proporcional das taxas por realização das necessárias infraestruturas urbanísticas.

CLÁUSULA 2ª
(Obrigações da 2.ª outorgante)

OS SEGUNDOS OUTORGANTES obrigam-se a proceder à execução das obras de urbanização, relativas à alteração e requalificação das vias existentes na envolvente direta do edifício sito no n.º 219 da avenida 1º de maio.

CLÁUSULA 3ª
(Obras)

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos apresentados pelos requerimentos n.º n.º 1875/18, 2277/18 e 671/19, respetivamente datados de 16/10/2018, 20/12/2018 e 10/04/2019, que fazem parte integrante do processo camarário de licenciamento de obras de urbanização n.º 445/18, em nome da sociedade representada pelos SEGUNDOS OUTORGANTES.

CLÁUSULA 4ª
(Valor das obras)

- 1- O valor das obras a realizar é de 48.844,88 € (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos).*
- 2- O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.*

CLÁUSULA 5ª
(Caução)

- 1- OS SEGUNDOS OUTORGANTES prestarão caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.*
- 2- A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula 4.ª, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária autónoma à primeira solicitação ou seguro caução.*
- 3- Por solicitação dos segundos outorgantes, o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, através do seu órgão competente, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redação do Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.*

CLÁUSULA 6ª
(Prazo das obras)

- 1- As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de 12 meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de licença de construção.*
- 2- O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação dos SEGUNDOS OUTORGANTES, nos termos do artigo 53º do RJUE.*

CLÁUSULA 7ª
(Fiscalização)

1- O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, no que respeita à realização, pelos SEGUNDOS OUTORGANTES, das obras previstas no presente contrato.

2- Sempre que em ação de fiscalização o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a execução das obras, previstas no presente contrato, não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar aos SEGUNDOS OUTORGANTES, fixando-lhe o prazo para o efeito, que procedam à reposição da obra nas condições constantes do licenciamento.

CLÁUSULA 8ª
(Execução das obras pelo primeiro outorgante)

1- O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE pode, através do seu órgão competente, promover a realização das obras por conta dos SEGUNDOS OUTORGANTES, quando por causa que lhes seja imputável:

- a) Não tiverem sido iniciadas no prazo de um ano a contar da data da emissão do alvará;**
- b) Não tiverem sido concluídas no prazo fixado ou nas suas prorrogações;**
- c) Não tenha reposto a obra nas condições constantes do licenciamento, dentro do prazo fixado nos termos do n.º 2 da cláusula anterior.**

2- A execução das obras referidas no número anterior e o pagamento das despesas suportadas com as mesmas efetuam-se nos termos dos artigos 107.º e 108.º do RJUE.

3- O representado da PRIMEIRA OUTORGANTE pode ainda, através do seu órgão competente, acionar a caução referida na cláusula 5.ª.

CLÁUSULA 9ª
(Receção das obras)

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 1876/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º n.º 211/17, datado de 22/05/2017 - Plásticos Futura Lda

412 - Presente pedido com o registo n.º 1876/18, datado de 16/10/2018, relativo ao licenciamento de obras de ampliação e alteração de uma edificação industrial existente, sita no n.º 219 da Av. 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12816, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 211/17, com data de entrada de 22/05/2017, apresentado por **Plásticos Futura Lda**, com o NIPC 500667381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 14/05/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido;

Presente processo de obras de urbanização, com o n.º de entrada 671/19, a que corresponde o processo n.º 445/18, aprovado em reunião de Câmara de 20/05/2019;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo ao licenciamento de obras de ampliação e alteração de uma edificação industrial existente, sita no n.º 219 da Av. 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12816, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 211/17, com data de entrada de 22/05/2017, apresentado por Plásticos Futura Lda, com o NIPC 500667381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - A emissão do alvará de licença de construção fica condicionada à celebração do contrato de urbanização cuja minuta se encontra anexa ao respetivo processo de obras de urbanização.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 1442/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º n.º 326/18, datado de 06/08/2018 - Ibasi - Construções Metálicas, Unipessoal, Lda.

413 - Presente requerimento n.º 1442/18, datado de 2018/08/06, constante do processo camarário n.º 326/18, em nome de **Ibasi - Construções Metálicas, Unipessoal, Lda.**, com o NIPC 507730240, com sede em rua dos Francos, n.º 169, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, relativo ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um edifício de habitação e comércio”**, a levar a efeito sobre dois prédios, um rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7248 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9114, e um outro, urbano, descrito na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o número 8600 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2147.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2019/04/04, que refere que o projeto de arquitetura apresentado, não se encontra apto a merecer aprovação, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no n.º 8 do art. 5.º do

Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao apresentar uma área bruta de construção de 1112,00m², superior à área bruta de construção máxima permitida de 686,00m², resultando num índice de construção bruto de 1,62, superior ao índice de construção bruto máximo permitido de 1,00, bem como por apresentar uma densidade habitacional de 72,89 fogos/ha, superior à densidade habitacional máxima permitida de 60 fogos/ha, consequência do número de fogos propostos de 5 fogos, superior ao número máximo de fogos permitido de 4 fogos.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de um edifício de habitação e comércio”, a levar a efeito sobre dois prédios, um rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7248 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9114, e um outro, urbano, descrito na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o número 8600 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2147, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR a firma requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, nomeadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao apresentar uma área bruta de construção de 1112,00m², superior à área bruta de construção máxima permitida de 686,00m², resultando num índice de construção bruto de 1,62, superior ao índice de construção bruto máximo permitido de 1,00, bem como por apresentar uma densidade habitacional de 72,89 fogos/ha, superior à densidade habitacional máxima permitida de 60 fogos/ha, consequência do número de fogos propostos de 5 fogos, superior ao número máximo de fogos permitido de 4 fogos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 758/19, datado de 29/04/2019 - Proc.º nº 155/19, datado de 29/04/2019 - Maria Amália de Jesus e Conceição de Jesus Puidival Saraiva

414 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 758/19, datado de 29/04/2019 apresentado por **Maria Amália de Jesus**, com o NIF 144707462, com morada em Rua Aires Roque, Lote 2, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Conceição de Jesus Puidival Saraiva**, com o NIF 157946169, com morada em R. D. João Pereira Venâncio, n.º 6, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 34 A, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinada a habitação, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 135/1978, titulada, pelo alvará de construção n.º 245, emitido em 14/03/1978, com alterações licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 1342/1982, tituladas pelo alvará de construção n.º 1017 emitido em 11/11/1982.

Presente parecer técnico datado de 06/05/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 34 A, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Amália de Jesus, com o NIF 144707462, com morada em Rua Aires Roque, Lote 2, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por Conceição de Jesus Puidival Saraiva, com o NIF 157946169, com morada em R. D. João Pereira Venâncio, n.º 6, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 801/19, datado de 07/05/2019 - Proc.º n.º 299/16, datado de 22/07/2016 - Ivone Manuela Ferreira Lopes Agostinho

415 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 801/19, datado de 07/05/2019 apresentado por **Ivone Manuela Ferreira Lopes Agostinho**, com o NIF 137817002, com morada em Rua Central, n.º 24, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Central, n.º 43, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, objeto de legalização de alterações e de ampliação, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 14/19, emitido em 25/01/2019.

Presente parecer técnico datado de 13/05/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Central, n.º 43, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Ivone Manuela Ferreira Lopes Agostinho, com o NIF 137817002, com morada em Rua Central, n.º 24, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 816/19, datado de 09/05/2019 - Proc.º nº 562/17, datado de 19/12/2017 - Vidrexport - Produção de Vidro, Lda.

416 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 716/19, datado de 09/05/2019 apresentado por **Vidrexport - Produção de Vidro, Lda.**, com o NIPC 503491713, com sede em Rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração o edifício sito na mesma morada, destinado a indústria, objeto de legalização de alterações e de licenciamento de obras de ampliação, titulada pelo alvará de obras de legalização e ampliação nº 50/18, emitido em 20/06/2018.

Presente parecer técnico datado de 13/05/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Vidrexport - Produção de Vidro, Lda., com o NIPC 503491713, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 805/19, datado de 08/05/2019 - Proc.º nº 45/19, datado de 06/02/2019 - José Manuel Gomes Cardoso e Neusa Sofia Vieira dos Santos

417 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 805/19, datado de 08/05/2019 apresentado por **José Manuel Gomes Cardoso e Neusa Sofia Vieira dos Santos**, com o NIF 193497409 e NIF 222214503, ambos com morada em Travessa da Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, destinado a comércio por grosso de produtos de origem animal com temperatura controlada, objeto de obras de alteração, tituladas pelo alvará de obras de alteração n.º 37/19, emitido em 03/05/2019.

Presentes pareceres técnicos datados de 14/05/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista nos artigos 93.º e 94.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Travessa da Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de José Manuel Gomes Cardoso e Neusa Sofia Vieira dos Santos, com o NIF 193497409 e NIF 222214503, ambos com residência na mesma morada, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 821/19, datado de 10/05/2019 - Proc.º nº 350/16, datado de 29/08/2016 - Telheiros do Oeste, Propriedades, Promoção, Lda.

418 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 821/19, datado de 10/05/2019 apresentado por **Telheiros do Oeste, Propriedades, Promoção, Lda.**, com o NIPC 503563501, com sede em Avenida 1.º de Maio,--- R/C, freguesia de Nossa Sra do Pópulo e concelho de Caldas da Rainha, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua da Embra, n.º 131, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a habitação, objeto de legalização de alterações e de demolição de anexo, titulada pelo alvará de obras de legalização e demolição n.º 59/18, emitido em 13/08/2018.

Presente parecer técnico datado de 15/05/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Embra, n.º 131, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Telheiros do Oeste, Propriedades, Promoção, Lda., com o NIPC 503563501, com sede em Avenida 1.º de Maio,--- R/C, freguesia de Nossa Sra do Pópulo e concelho de Caldas da Rainha, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 1701/17, datado de 29/09/2017 - Proc.º n.º 296/16, datado de 21/07/2016 - Imarjosil-Compra e Venda de Imóveis, Lda.

419 - Presente processo de licenciamento de uma edificação de apoio a atividade agrícola e de cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, apresentado por **Imarjosil-Compra e Venda de Imóveis, Lda.**, com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, deferido em reunião de câmara de 13/11/2017, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 23º do regime jurídico da edificação e edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

Presente informação técnica datada de 13/05/2019, informando ter transcorrido o prazo para que a requerente procedesse ao pedido de emissão do respetivo alvará de licença de construção sem que o tenha apresentando, propondo que a Câmara declare a caducidade da licença em causa;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 13/05/2019, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1.- Considerando que a interessada, Imarjosil-Compra e Venda de Imóveis, Lda., com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de construção de uma edificação de apoio a atividade agrícola e de cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, tomada em reunião camarária de 13/11/2017, através do ofício n.º 1230/17, de 24/11/2017, rececionado a 30/11/2017;
- 2.- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 3/12/2018, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do regime jurídico da edificação e edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;
- 3.- Considerando que não foi solicitada a prorrogação desse prazo;
- 4.- Considerando que o interessado tinha até ao dia 3/12/2018 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5.- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6.- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei, para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, para construção de uma edificação de apoio a atividade agrícola e de cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, delibera, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA, NOTIFICAR a requerente, Imarjosil-Compra e Venda de Imóveis, Lda., com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o projeto de declaração de caducidade da referida licença, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da edificação e edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. E/4135/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.

420 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4135/2019, datado de 17/04/2019, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, com ocupação de espaço público para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua Casal D'Anja**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, numa extensão de cerca de 40,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 30/04/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 02/05/2019 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com o NIPC 504394029, a levar a cabo na Rua Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- c) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. E/4443/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - GALP ENERGIA

421 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4443/2019, datado de 29/04/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **GALP ENERGIA**, com o NIPC 504499777, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em**

Rua dos Lapidários e Rua da Embra, ambas na freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 18,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 02/05/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido na mesma data pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, favorável à execução de todos os ramais.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 18,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Lapidários e Rua da Embra, ambas na freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. E/3627/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - GALP ENERGIA

422 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3627/2019, datado de 05/04/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **GALP ENERGIA**, com o NIPC 504499777, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua das Campainhas**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 5,50 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 16/04/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 03/05/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo,

Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, favorável à execução de todos os ramais.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 5,50 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Campainhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;**
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. E/1956/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.

423 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1956/2019, datado de 20/02/2019, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, com ocupação de espaço público para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua do Lameiro**, freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão de cerca de 29,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 11/03/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do

artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com o NIPC 504394029, a levar a cabo na Rua do Lameiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- c) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

30. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural.

424 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/8972/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Histórias ao Luar	Pontual
E/9059/2018	Cultural	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha- 3º fase	Infraestruturas
E/2019/2019-B	Cultural	SPM -Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Passagem de ano 2019-2020	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8972/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Histórias ao Luar	40,3 pontos
E/9059/2018	Cultural	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha- 3º fase	30,8 pontos
E/2019/2019-B	Cultural	SPM -Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR)	Passagem de ano 2019-2020	37,9 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

31. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. Marchas populares

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira perguntou o seguinte:

“Quem vai organizar as Marchas Populares?

Qual o modelo?

Que apoios?”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** respondeu que já há 3 marchas (ASURPI, Casal Galego e Clube Recreativo Amieirinhense), serão nos dias 21, 22 e 23 de junho, e hoje realizar-se-á uma reunião nas colectividades para ver quem é a colectividade que vai organizar, porque a ACAMG não realiza.

425 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/4618/2019	Cultural	ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	Participação nas Marchas Populares 2019	Pontual
E/4887/2019	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Participação nas Marchas Populares 2019	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4618/2019	Cultural	ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	Participação nas Marchas Populares 2019	33,5 pontos
E/4887/2019	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Participação nas Marchas Populares 2019	33,5 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão

do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

32. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Sport Operário Marinhense - Programação anual dos departamentos de música e dança e encenação de peça de teatro

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira referiu o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 83.600,00€, pede apoio à Câmara de 33.700,00€, e a atribuição é de 10.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro

apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

426 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO ANUAL:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO
E/9071/2018	501417702	S.O.M.	Programação anual Departamento de Música	32,8
E/9072/2018	501417702	S.O.M.	Programação anual Departamento de Dança	38,3
E/9075/2018	501417702	S.O.M.	Encenação de peça de Teatro	35,6

Presente informação com n.º de registo I/1024/2019 de 14 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Sport Operário Marinhense** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro para a **Programação anual dos departamentos de música e dança e encenação de peça de teatro.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/9071/2018	501417702	S.O.M.	Programação anual Departamento de Música	32,8	2018/A/168	10.000,00€
E/9072/2018	501417702	S.O.M.	Programação anual Departamento de Dança	38,3		
E/9075/2018	501417702	S.O.M.	Encenação de peça de Teatro	35,6		

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenções da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR) - Verão cultural S. Pedro de Moel 2019

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 79.997,00€, pede apoio à Câmara de 79.997,00€, e a atribuição é de 50.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que reuniu com a associação e esta verba é aquela que eles consideraram suficiente.

A **Sr.ª Presidente** referiu que a Câmara trabalha em conjunto com a Protur, e para além disso dá o apoio, que este ano aumentou, porque sabe que se devem valorizar as praias.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que as épocas balneares culturais promovidas pela Protur são sempre de grande qualidade, mas as pessoas que assistem são sempre as mesmas (os que lá vivem e os que ali passam sempre férias).

Entende que se tem de alargar a oferta, para atrair pessoas de fora, e tem que ser a Câmara a fazê-lo. Deu o exemplo da corrida “pé na areia”, são 14 km, a distância de praia a praia, e pode alavancar a época balnear, tendo-se disponibilizado para pôr de pé esta iniciativa.

A **Sr.ª Presidente** disse que têm falado sobre estas iniciativas, e o que se pretende é que sejam eventos que alavanquem a época balnear, como é o caso do Pinhal das Artes. Concorda com a Sr.ª Vereadora Alexandra, pois é melhor fazer menos mas fazer com mais atrativos. Também estão a ser reparadas as ciclovias.

427 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição

do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/2019/2019-A	510447562	SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur)	Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2019	37,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/815/2019 de 3 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur)** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **organização do Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2019**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/2019/2019	510447562	SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur)	Verão Cultural de S. Pedro de Moel 2019	37,6 pontos	2018/A/168	50.000,00

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

34. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Clube Recreativo Amieirinhense - Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 15.700,00€, pede apoio à Câmara de 8.000,00€, e a atribuição é de 6.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

428 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade anual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8905/2018	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	29,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/846/2019 de 3 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube Recreativo Amieirinhense** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para o **Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/8905/2018	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto da Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	29,6 pontos	2018/A/168	6.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

35. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - CPIMG - Associação de Patinagem Inline Marinha Grande - “Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade”

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 5.129,00€, pede apoio à Câmara de 3.000,00€, e a atribuição é de 1.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

A **Sr.ª Presidente** referiu que à falta de critérios atribuiu-se o valor previsto em orçamento.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que uma vez que ainda não há critérios, cabe ao executivo ter “bom senso”, e daí ter que se avaliar o projeto e a abrangência da realização, e esta até é um dos critérios. Dado que aqui há esses critérios, porque é que não se atribui o valor que pedem? É um campeonato nacional, a Câmara tem dinheiro, não pode ser miserabilista.

A **Sr.ª Presidente** disse que a Câmara gere o dinheiro da autarquia com cautela.

Seguiu-se uma troca de argumentos entre a **Sr.ª Presidente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira.**

429 - Presente deliberação de 20 maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9006/2018	514855630	CPIMG - Associação de Patinagem Inline Marinha Grande	Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade	31,5

Presente informação com registo I/2019, de 14 de maio de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **CPIMG - Associação de Patinagem Inline Marinha Grande** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização do **“CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE”**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/9006/2018	514855630	CPIMG - Associação de Patinagem Inline Marinha Grande	Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade	31,5	2018/A/189	1.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

36. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - Clube de Atletismo Mónica Rosa - “Convívio de Benjamins do Clube Mónica Rosa”

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 715,00€, pede apoio à Câmara de 715,00€, e a atribuição é de 200€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

430 - Presente deliberação de 20 maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1886/2019	514606509	Clube de Atletismo Mónica Rosa	Convívio de Benjamins	26,5

Presente informação com registo I/502/2019, de 06 de março de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube de Atletismo Mónica Rosa** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização **CONVÍVIO DE BENJAMINS DO CLUBE MÓNICA ROSA**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/1886/2019	514606509	CDAMR - Clube de Atletismo Mónica Rosa	Convívio de Benjamins	26,5 pontos	2018/A/189	200,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao

cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

37. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social.

Presente a seguinte proposta:

“Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/8919/2018	Social	APD- Associação Portuguesa de Deficientes	Desporto para todos	Anual	Admitido
E/8962/2018	Social	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Apoio Social- SAD/C. Dia e Centro de Convívio	Anual	Admitido

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/8897/2018-C	Social	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	Almoço de Natal	Pontual	Excluído
E/8963/2018	Social	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Aquisição de Equipamento “Software SOFTGOLD”	Pontual	Excluído
E/8909/2018	Social	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Aquisição de Viatura de nove lugares	Anual	Excluído

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos n.ºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a Admissão e a Exclusão das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/8919/2018	Social	APD- Associação Portuguesa de Deficientes	Desporto para todos	31,3	Admitido
E/8962/2018	Social	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Apoio Social- SAD/C. Dia e Centro de Convívio	34,1	Admitido
E/8897/2018-C	Social	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	Almoço de Natal	23,1	Excluído
E/8963/2018	Social	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Aquisição de Equipamento "Software SOFTGOLD"	----	Excluído
E/8909/2018	Social	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Aquisição de Viatura de nove lugares	----	Excluído

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Mais delibera, excluir as candidaturas acima referidas determinando a realização de audiência prévia escrita dos interessados, conforme previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo."

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

"Todas estas iniciativas são da maior relevância e merecem ser apoiadas.

Gostaria de ver em separado as 5 candidaturas apresentadas, porque são distintas, e destas, são excluídas 3 candidaturas.

Estamos a falar de apoios a instituições de natureza social. É esta a atenção que tem este executivo perante as ações sociais. Para que se perceba, são candidaturas nos seniores (Casal Galego e CRPI) e na área da deficiência mental (APPACDM).

A candidatura da APPACDM é para a aquisição duma viatura de 9 lugares e é excluída. Não posso deixar passar em claro uma situação destas e posso até afirmar convictamente que sou contra esta proposta de deliberação de excluir esta candidatura. Não podemos aceitar que a única IPSS a trabalhar no concelho na área da deficiência mental, veja excluída uma candidatura a uma viatura de transportes de utentes. Esta situação é ainda mais gravosa quando recentemente se atribuiu a uma outra IPSS, uma viatura semelhante, e ainda bem. Porquê atribuir a uma e não atribuir a esta?

Afinal qual o critério? Dada a explicação da APPACDM quanto à necessidade da viatura, proponho que a candidatura seja aceite e, dado o histórico recente, lhes seja concedida uma viatura de 9 lugares adaptado, com capacidade para transportar utentes em cadeiras de rodas."

Este assunto foi discutido entre todos os Srs. Vereadores, relativamente aos motivos das exclusões, tendo a **Sr.ª Vereadora** do pelouro esclarecido que vão ser notificados da exclusão, para audiência prévia, porque a candidatura não atingiu os pontos necessários.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que gostaria de ver as candidaturas separadas, e da forma que está a proposta vai votar contra.

A **Sr.ª Presidente** referiu que aquilo que está a propor é os 10 dias para as associações se pronunciarem e virem corrigir os problemas. Não retira o processo, porque já não seria a primeira vez que retira um processo e o assunto arrasta-se, prejudicando as associações.

Seguiu-se uma discussão entre o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, que quer que seja retirada a proposta da APPACDM, senão votará contra, e a **Sr.ª Presidente**, que disse que ao fazer isso iria prejudicar a APPACDM, pelo que não retira a proposta.

Assim, a **Sr.ª Presidente** disse que vai colocar a votação a proposta tal como está.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que então vai votar contra a exclusão.

A **Sr.ª Presidente** perguntou se então votava contra a audiência prévia, uma vez que é isso que está a votação? Dado que aquilo que o Vereador vai votar é o relatório do júri, está a dizer que o júri avaliou mal.

Os **Srs. Vereadores do MpM** disseram que votam contra a exclusão da APPACDM e se abstêm nas outras duas.

As **Srs.ªs Vereadoras da CDU** disseram que também votam contra.

A **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião para ir saber se se pode fazer esta votação numa única proposta de deliberação.

A reunião esteve interrompida das 18:20 horas às 18:55 horas.

A **Sr.ª Presidente** regressou e informou que só se pode votar tudo ou retirar a proposta. O que está em causa é que apresentaram a candidatura num formulário errado.

Por decisão conjunta dos presentes, o ponto foi RETIRADO.

38. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 76, Camarnal - Marinha Grande, por motivo de alteração nos rendimentos do agregado familiar.

431 - Presente informação n.º960 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 06 de maio de 2019, a dar conta da revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração nos rendimentos e composição do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)”

Considerando ainda que, no n.º 1 do artigo 22.º a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, o montante da renda é atualizado, bienalmente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pelo filho da própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	Bloco/ Fração	DATA CONTRATO	RENTA/19 (abril)	RENTA/19 (junho)
Rua Adriano Marques Nobre	N.º 76	04/11/2004	42,88€	113,31€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de julho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Habitação social - Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3.º eq - Casal do Malta - Falta de pagamento das rendas - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Falta de alegações - Decisão final.

432 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação da DDC-Divisão de Desenvolvimento da Cidadania - Área de Intervenção Social, uma com o nº. I/119/2019, de 16-01-2019, na qual relatam a situação de atraso no pagamento de rendas pelo arrendatário Joaquim José Loureiro Santos, da habitação social sita na Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3.º Esqº., Casal do Malta.

Presente parecer jurídico I/250/2019, de 01-02-2019, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido, que apreciou os factos e as provas produzidas e concluiu estarem preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento e a posterior interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, junto do TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Presente deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 11-02-2019, que aprovou o projeto de resolução do contrato de arrendamento e determinou a realização de audiência prévia do arrendatário.

Presente notificação pessoal de audiência prévia efetuada em 18-03-2019, pela PSP-Polícia de Segurança Pública, da deliberação de 11-02-2019, pelo ofício S/480/2019, de 18-02-2019, não tendo sido recebidas quaisquer alegações no prazo que lhe foi concedido, conforme informação exarada no rosto do ofício da PSP com registo de entrada E/3280/2019, prazo esse que expirou no passado dia 1 de abril de 2019.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação jurídica I/250/2019 e considerando que:

- a) **A Câmara Municipal já concedeu ao arrendatário várias oportunidades para regularizar a situação da dívida em atraso, designadamente através de várias notificações que lhe foram enviadas com fixação de prazos de pagamento, mas não só o arrendatário não cumpriu nenhuma dessas notificações, como deixou agravar ainda mais a situação da dívida;**
- b) **O arrendatário não paga a renda da habitação ao Município, desde junho de 2016 não apresentando, para tal, qualquer justificação, facto que torna inexigível ao Município a manutenção do contrato de arrendamento, nos termos do n.º 3, do art.º 1083.º, do Código Civil;**
- c) **Os comportamentos que o arrendatário tem vindo a adotar na utilização da habitação, violam, de forma grave e reiterada, os seguintes deveres legais e regulamentares:**
 - ✓ **de pagamento atempado da renda, previsto no art.º 1038.º, alínea a) do Código Civil e no art.º 29.º, n.º 1, alínea j) do Regulamento;**
 - ✓ **de apresentar justificação válida e documentalmente fundamentada, em caso de atraso no pagamento da renda ou de acumulação de vários meses em dívida, ou ainda, em caso de incumprimento dos acordos de regularização celebrados, previsto na alínea k) do mesmo n.º 1 do art.º 29.º do Regulamento.**
- e) **A persistência de incumprimento destes deveres por parte do arrendatário, constituem fundamento para a resolução do contrato de arrendamento, pelo Município, nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 81/2014, no n.º 4 do art.º 29.º e na alínea h) do n.º 1 do art.º 32.º, do Regulamento,**

- f) O arrendatário não apresentou quaisquer alegações no prazo de audiência prévia que lhe foi concedido, tendo até deixado agravar a situação, com o não pagamento de mais 3 meses de renda, no valor de 22,73€ cada uma, correspondentes aos meses de março a maio últimos,

Delibera, pelas razões de facto e de direito expostas e ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do mesmo Regulamento, resolver o contrato de arrendamento celebrado com o arrendatário, Joaquim José Loureiro Santos, residente na Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3.º Esquerdo, Casal do Malta, fixando-se em 30 dias o prazo para que o mesmo proceda à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos nºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos nºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O valor total das rendas em dívida é, na data desta deliberação, de 809,24€ (oitocentos e nove euros e vinte e quatro centimos), correspondente a 36 meses de renda de junho de 2016 e maio de 2019, inclusive, cujo pagamento deve ser efetuado no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação desta deliberação.
- b) O direito de resolução do contrato de arrendamento não caduca mesmo que o pagamento das rendas em atraso seja efetuado no prazo fixado na alínea anterior.
- c) A falta de pagamento das rendas em dívida, no prazo fixado, tem por consequência a interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.
- d) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no prazo supra fixado, terá por consequência a tomada de posse da habitação, pelo Município, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma e que não sejam reclamados no prazo máximo de 60 dias contados da tomada de posse, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.
- e) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.
- f) A decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 20/05/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 12

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,